

Estados estão proibidos de lançar títulos

BRASÍLIA — O secretário do Tesouro Nacional, Luís Antônio Andrade Gonçalves, garante que o governo não permitirá aos estados a emissão de títulos públicos para cobrir o pagamento dos 25% exigidos para rolagem das dívidas externas estaduais. Segundo ele, os estados podem sempre emitir títulos, com a condição de que estejam dentro da capacidade de endividamento. Mas não será permitida essa operação para cobrir a parcela da dívida que toca aos estados, disse o secretário.

A exigência do governo federal, contida no projeto de lei do Orçamento Geral da União para 1989, está

sendo contestada por estados e municípios. Secretários estaduais da Fazenda e governadores pressionam os ministérios da Fazenda e do Planejamento, e também o presidente da República, para, pelo menos, reduzir o percentual. A proposta dos estados é fixar em 10% a contrapartida exigida pela União, o que representaria um desembolso em 1989 de cerca de US\$ 1,2 bilhão. O Congresso Nacional, de acordo com a nova Constituição, terá poderes (pela primeira vez) para modificar o projeto do governo.

O secretário de Controle Financeiro do Setor Público do Ministério da Fazenda, Luís Jorge Oliveira, explica que o índice de 25% foi obtido "levando-se em conta a meta de déficit público em 1989 de 2% do Produto Interno Bruto". Essa meta foi acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e condiciona toda a política econômica do governo.